



## CARTA DE MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

### AOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

**Excelentíssimo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Luiz Fux e demais Ministros desta Corte, saudações**

Primeiro de fevereiro é sempre uma data especial para mim, é o dia do meu aniversário. Este ano completo 76 anos de vida, uma vida, como todos sabem, cheia de dias difíceis com muito sofrimento, mas também de muitas alegrias. Sou de um outro século e também de um outro milênio. Nasci em 1945, ano em que terminou a Segunda Grande Guerra Mundial, embalando nossas esperanças de um mundo de paz e de superação. O fim da guerra demarcou o início de um grande pacto e o desfecho de um tempo esgotado das dores e dos sofrimentos e materializou, em 1948, o que é para mim um dos mais importantes documentos de nossa história atual: a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**.

Talvez, de lá para cá, nunca antes um documento contendo simplesmente um conjunto de dispositivos e assertivas, se mostrou tão importante. Contrariando a ideia de que a grandeza do que podemos realizar está em monumentos de pedra erigidos por anos de trabalho, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** consolidou o que é talvez uma das ações mais significativas que foi possível realizar: a superação das desigualdades, da indiferença e dos preconceitos que nutrem a crise entre homens e mulheres.

Sob a batuta de Bertha Lutz, uma das nossas mais ilustres feministas, demos ali um importante passo, de uma ainda talvez longa caminhada, cujo objetivo é a superação de muitas formas de violência e da bestialidade humana que insistimos em nutrir entre nós. A fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade, no valor da pessoa humana, no desejo de liberdade e paz e na igualdade de direitos do homem e da mulher com vistas à promoção do progresso social e melhores condições de vida, é certamente um marco que devemos celebrar.

No entanto, sabemos que as leis, os dispositivos e mesmo as assertivas colocadas em papéis, precisam tomar corpo. Sem o seu exercício efetivo, sem nos comprometermos em seguir o que por diversos modos mostrou sua altura e nobreza, somos fadados à repetição e ao círculo vicioso do sofrimento. E como todos também sabemos, talvez aí se encontre nossa maior dificuldade.

Minha história é um pouco a mistura dessa contradição. Passados 38 anos da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, em 29 de maio de 1983, mesmo diante de todas as conquistas civilizatórias que falavam de um mundo mais justo, eu sofri o que ninguém mais deveria sofrer, ou seja, a violência mortal por meu próprio marido, na época, na forma de múltiplas agressões duas tentativas de assassinato.

Desde o acontecido, que insisto em lembrar para que outras não sofram o que sofri, lutei em defesa da minha dignidade, da minha honra e do meu valor enquanto

pessoa humana. Por 19 anos e seis meses. Dos 38 anos de idade, nos idos de 1983 quando sofri a tentativa de assassinato, até a resposta da justiça brasileira ao caso, foram exatos 19 anos e 6 meses de luta. Eu já estava com 57 anos de idade quando o meu agressor foi preso.

Por livramento de Deus, seu ódio não teve pleno sucesso, embora tenha me deixado marcas físicas que jamais poderei superar. As dores mais profundas na minha psique não se apagaram e só foram superadas porque sobrevivi, graças a Deus, o que me permitiu ter uma segunda chance - mesmo com muitas limitações. Assim, foi possível acompanhar o desenvolvimento das minhas filhas, participado das suas muitas alegrias e por estar usufruindo do crescimento e desenvolvimento das minhas 3 netas e 3 netos.

**Infelizmente, tal oportunidade não teve a Juíza Viviane Arronenzi! Fico pensando como será explicado às suas filhas o que ocorreu quando tiverem consciência da sua cidadania, quando tornarem-se mulheres e mães?**

Na minha história, a dor se transformou em luta e o pesadelo vivido se transformou no sonho de poder, de certo modo, contribuir para que se possa superar o escândalo dessa covardia insistente em nossa sociedade. Sou apenas uma de tantas outras, sou uma sobrevivente entre milhares que não tiveram a mesma sorte. Agradeço a Deus por ter conseguido escapar das estatísticas que falam de um Brasil mortal, que a cada minuto ceifa a vida de mulheres como eu, pelo simples fato de não desejarem mais manter uma relação ou pelo simples fato de serem mulheres. A Lei que carrega meu nome, como os dispositivos presentes na **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, é uma conquista, mas ela não pode ficar só no papel.

Este ano, a Lei Maria da Penha completa 15 anos. No entanto, os casos da adolescente **Eloá** (assassinada pelo ex-namorado em 2008), da atriz e modelo **Eliza Samúdio** (assassinada pelo jogador Bruno, em 2010), da advogada **Mércia Nakashima** (assassinada pelo namorado, em 2010), da cabeleireira **Maria Islaine** (assassinada pelo ex-marido, com 9 tiros diante das câmeras do salão onde trabalhava - mesmo com oito boletins de ocorrência e medida protetiva, em 2010) e da procuradora federal **Ana Alice Moreira de Melo** (assassinada pelo marido, em 2012), mostram que a lei, sem sua efetiva execução, nada é, nada significa e nada diz. Uma lei elaborada por pessoas como nós precisa de mecanismos eficientes para sua real existência. Ou seja, a lei depende do nosso compromisso, do nosso trabalho, do nosso efetivo envolvimento com ela e da aceitação de tudo o que ela representa. Se a lei por si só não é garantia, é porque ela precisa de cada um de nós, do trabalho efetivo e do compromisso daqueles que ainda têm lucidez e discernimento.

Esses tristes e terríveis episódios, infelizmente, continuam a acontecer após 8 anos da reconhecida constitucionalidade da **Lei Maria da Penha**.

## **Diante deles e diante dessa corte, eu como uma simples mulher, me apresento e pergunto:**

- Até quando o Estado brasileiro será tolerante com as práticas de violência cometidas contra as mulheres?
- Até quando vamos continuar ignorando as Recomendações do Comitê Interamericano de direitos humanos da Organização dos estados americanos (OEA) (Relatório referente ao meu caso Nº 12.051) que recomendou ao Brasil investir em educação pois, como sabemos, toda cultura só se desconstrói através da educação, em todos os níveis de ensino: fundamental médio e universitário.
- Até quando iremos aceitar que aqueles que deveriam zelar pelas próprias leis digam em alto e bom som, como disse o Juiz que há a pouco afirmou “*não estar nem aí para a Lei Maria da Penha*” e “*não querer saber sobre medida protetiva e tem raiva de quem sabe*”?
- Até quando iremos aceitar as escandalosas estatísticas que nos colocam no 5º no ranking de países com maior índice de violência doméstica contra a mulher?
- Até quando iremos aceitar casos como o da Juíza Viviane Vieira do Amaral Arronzenzi, vítima de feminicídio, morta a facadas pelo ex-marido, na frente das três filhas.?

A morte da Juíza Viviane é emblemática, Excelentíssimo Ministro Luiz Fux. Ela mostra que nenhuma de nós está segura, que nenhuma de nós mulheres ricas, pobres, brancas, pretas, indígenas, crianças, adolescentes ou idosas está segura. Não temos segurança em nosso país.

Nossa casa, nosso lar, nossa nação não é um lugar seguro para nós mulheres. E não se trata aqui apenas de uma questão relacionada a questões econômicas, mas ao fato de que nos corrói na base a precariedade humana, um ávido desejo de morte e um modo cultural perverso que coloca a mulher como um objeto, como um algo a ser usado e jogado fora quando for conveniente, ou eliminado, quando for para o homem necessário.

## **Excelentíssimo Ministro, eu ainda acredito nas Leis e na Justiça! E me dirijo a essa casa nutrida de Esperança!**

Ao lhes dirigir a palavra, estou incluindo todo o sistema judiciário brasileiro pedindo que lutem pelo fim da violência, principalmente pelo fim da violência contra as mulheres. Venho de mãos vazias, nada tenho a oferecer senão minha história, os meandros de quem pode contar o que muitas vivem em silêncio, mas diante de vocês ergo a minha voz e registro com a minha escrita a minha verdadeira petição como propósito desta mensagem: compromisso e um efetivo trabalho para erradicar esse mal que nos afronta geracionalmente.

**Venho com a alma cheia de esperanças e sei que poderei contar com cada um. Esse seria meu maior presente de aniversário.**

Eu acredito nas leis, eu acredito na justiça, mas sei que precisamos fazer mais. Precisamos dar uma resposta mais contundente para enfrentar com mais estratégias, dinamismo, coragem e com mais eficiência, as políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio, à violência, à importunação sexual e às muitas práticas de tolerância no próprio sistema judiciário que, de certo modo, também estimulam a violência praticada contra a mulher.

**Assim, aproveitando a oportunidade do meu aniversário eu solicito aos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal, como presente para todas a Mulheres do Brasil, que se cumpra a seguinte declaração do Excelentíssimo Ministro Dr. Luiz Fux (25/12/2020):**

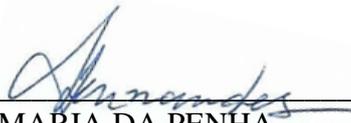
*"Lamentamos mais essa morte e a de tantas outras mulheres que se tornam vítimas da violência doméstica, do ódio exacerbado e da desconsideração da vida humana. A morte da juíza Viviane Vieira do Amaral Arronenzi, no último dia 24 de dezembro de 2020, demonstra o quão premente é o debate do tema e a adoção de ações conjuntas e articuladas para o êxito na mudança desse doloroso enredo. Pela magistrada Viviane Vieira do Amaral Arronenzi. Por suas filhas. Pelas mulheres e meninas do Brasil."*

**Excelentíssimo Ministro Luiz Fux, obrigada, nobres membros desta corte, obrigada.**

**Está em nossas mãos a possibilidade de um mundo melhor.**

**E nunca nos esqueçamos, a Lei sem Obras é Morta! (Tiago 2.26).**

Fortaleza, 01 de fevereiro de 2021



MARIA DA PENHA

Presidente e Fundadora do Instituto Maria da Penha – IMP  
Inspiradora da Lei 11340/06- Lei Maria da Penha